

Recebido em: 15/05/2023

Aceito em: 08/12/2023

Como citar: Souza, A. L. C., A., Dedê, D. M. B., Sousa, J. I. A., Sales, L. M. G. C., Carvalho, R. G., & Vieira, C. A. L. (2024). Elos entre a precarização laboral e a saúde mental do trabalhador. *PSI UNISC*, 8(2), 173-189. doi: 10.17058/psiunisc.v8i2.18520

## Elos entre a precarização laboral e a saúde mental do trabalhador

Nexo entre la precariedad laboral y la salud mental del trabajador

The connection between precariousness of work and the mental health of workers

### Ana Laís Carvalho de Sousa

*Universidade Federal do Ceará (UFC), Campus Sobral - CE/Brasil*

**ORCID:** 0000-0002-7300-0402

**E-mail:** analaisc1@gmail.com

### Dária Maria Barbosa Dedê

*Universidade Federal do Ceará (UFC), Campus Sobral - CE/Brasil*

**ORCID:** 0009-0005-6962-1694

**E-mail:** dariadede2110@gmail.com

### Janne Izabel Alves de Sousa

*Universidade Federal do Ceará (UFC), Campus Sobral - CE/Brasil*

**ORCID:** 0009-0001-8761-4317

**E-mail:** janeburiti@gmail.com

### Laís Maria Germano Canuto Sales

*Universidade Federal do Ceará (UFC), Campus Sobral - CE/Brasil*

**ORCID:** 0000-0003-3119-287X

**E-mail:** laiscanuto1@gmail.com

### Renata Guimarães de Carvalho

*Universidade Federal do Ceará (UFC), Campus Sobral - CE/Brasil*

**ORCID:** 0000-0002-3592-7709

**E-mail:** renatagui.carvalho@ufc.br

### Camilla Araújo Lopes Vieira

*Universidade Federal do Ceará (UFC), Campus Sobral - CE/Brasil*

**ORCID:** 0000-0003-1706-3772

**E-mail:** camillapsicol@ufc.br

### Resumo

O presente trabalho objetiva realizar uma revisão integrativa da literatura acerca da temática da precarização do trabalho e suas possíveis correlações/reflexos para a saúde mental dos trabalhadores. Para tanto, foi realizada busca nas plataformas BVS, SciElo e Periódicos Capes, entre os meses de dezembro de 2022 e março de 2023, com os seguintes descritores: precarização do trabalho e saúde mental do trabalhador. A partir dos resultados foram analisados 45 trabalhos, nos quais se identificaram aspectos que fomentam a precarização do trabalho, a saber: a crise do capital, a nova morfologia do trabalho, a ascensão da ideologia neoliberal, além da recente crise sanitária provocada pela pandemia de Covid-19. Diante desse cenário emergiram os contextos de precarização do trabalho e saúde mental dos trabalhadores de saúde, educação, dentre outras categorias profissionais. Os apontamentos demonstram que a precarização pode repercutir negativamente nas relações de trabalho, acarretando desgaste físico e mental, impactando na produtividade, favorecendo absenteísmo e

<sup>1</sup> As autoras declaram que esta contribuição é original e inédita. Desse modo, assegura-se que a obra não foi publicada em outro periódico científico.

afastamentos, bem como adoecimentos de ordem física e psíquica. Nessa perspectiva, embora tenham sido identificadas correlações entre precarização do trabalho e saúde mental dos trabalhadores, constata-se a necessidade de maior aprofundamento em estudos que possam expressar um maior diagnóstico denexo causal entre a precarização do trabalho e a saúde mental dos trabalhadores.

**Palavras-chaves:** Precarização do trabalho; Saúde mental do trabalhador; Trabalho.

### **Resumen**

El presente trabajo tiene por objetivo realizar una revisión integradora de la literatura acerca del tema de la precariedad del trabajo y sus posibles correlaciones/reflejos para la salud mental de los trabajadores. Para ello, se realizó una búsqueda en las plataformas BVS, SciELO y Periódicos Capes, durante los meses de diciembre de 2022 y marzo de 2023, con los siguientes descriptores: Precariedad del trabajo y salud mental del trabajador. A partir de los resultados obtenidos fueron analizados 45 trabajos, identificando factores que fomentan la precariedad del trabajo, a saber: la crisis del capital, la nueva morfología del trabajo, el auge de la ideología neoliberal, además de la reciente crisis sanitaria provocada por la pandemia del Covid-19. Frente a este escenario, surgieron los contextos de trabajo precario y salud mental de los trabajadores de la salud y educación, entre otras categorías profesionales. Las anotaciones demuestran que la precariedad puede tener un impacto negativo en las relaciones de trabajo, causando desgaste físico y mental, lo que podría repercutir en la productividad, favoreciendo el absentismo, el retiro del trabajo, así como, las enfermedades físicas y psíquicas. En esta perspectiva, aunque fueron identificadas correlaciones entre el trabajo precario y la salud mental de los trabajadores, verificase la necesidad de profundizar más en estudios que puedan expresar un mayor diagnóstico de unnexo causal entre la precariedad del trabajo y la salud mental de los trabajadores.

**Palabras clave:** Precariedad del trabajo. Salud mental del trabajador. Trabajo.

### **Abstract**

The aim of this paper was to perform an integrative review of the literature concerning precariousness of work and its possible correlations and effects on the mental health of workers. Thus, a research was carried out on the BVS, SciELO and Periodicos Capes engines between December 2022 and March 2023, using the following descriptors: precariousness of work and mental health of workers. Through the results 45 papers were analyzed, which identified certain aspects that promote the precarization of work, such as: financial crisis, the new work structure, the ascension of the neoliberal ideology, and the recent sanitary crisis caused by the Covid-19 pandemic. Within this scenario, the context of how the precariousness of work affected healthcare and education workers as well as other professional categories was addressed. The findings showed that precariousness of work can have negative effects on work relations due to physical and mental fatigue. These effects, in turn, can result in lower productivity, absenteeism, and sick leave. Although a connection between the precariousness of work and the mental health of workers has been found, further research is required to better illustrate a causal relationship between precariousness of work and the mental health of workers.

**Keywords:** Precariousness of work; Mental health of workers; Work.

---

## **Introdução**

A partir da reestruturação produtiva do Brasil, iniciada por volta de 1990 e da adoção do padrão flexível de acumulação de capital, observou-se um crescente esfacelamento dos direitos sociais, o enfraquecimento do sindicalismo e a disseminação do individualismo. Como resultado, os efeitos dessas transformações têm impactado diretamente as relações de trabalho e a saúde mental dos trabalhadores (Alencar & Merlo, 2018).

As transformações nos processos de produção capitalista são frequentes e seguem padrões cíclicos que alternam entre momentos de declínio e crescimento do sistema. Dentro desse contexto, surgiu a ideologia neoliberal, que preconiza a adoção de um Estado mínimo, ou seja, uma reduzida intervenção do poder público nas demandas sociais, controle dos gastos governamentais, flexibilização dos direitos trabalhistas, reformas fiscais e investimentos para fortalecer a economia e promover a estabilidade monetária (Moura, Ribeiro, Castro Neta, & Nunes, 2019).

Mediante a busca por uma forma de trabalho que garanta a sobrevivência e/ou uma colocação no mercado de trabalho, homens e mulheres se deparam cada vez mais com situações de instabilidade e precariedade ou vivenciam diretamente o flagelo do desemprego. Em paralelo ao aumento do contingente de trabalhadores, em escala global, ocorre uma redução dos empregos ditos formais. Logo, aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a erosão de suas conquistas históricas (Antunes, 2018).

Atualmente as empresas buscam trabalhadores não mais usando como critério a alta especialização taylorista e fordista, mas o trabalhador multifuncional, visando intensificar os ritmos, tempos e processos de trabalho (Antunes, 2015). Assim, dentro da atual lógica de acumulação capitalista, o ser humano é visto como um recurso a serviço da empresa, devendo ser explorado e controlado, além de ter como requisito habilidades de proatividade, dinamismo, qualificação e capacidade para trabalhar em equipe (Alencar & Merlo, 2018).

O trabalho contemporâneo assumiu um viés de precarização, em que através da crise estrutural do capital e das transformações do mundo laboral, ocorreu uma intensificação do trabalho precarizado. Desse modo, surge o termo precarização do trabalho, que abrange repercussões em diversas dimensões. Isso porque, corresponde não apenas ao esfacelamento dos vínculos laborais, mas também ao desgaste das condições e das alternativas dignas de trabalho. Em meio a supremacia do capitalismo e a forte competitividade empresarial, percebeu-se um aumento do número de trabalhadores das mais diversas categorias profissionais submetendo-se às condições precárias e/ou insalubres de trabalho na busca de sobrevivência (Lancman, Sato, Hein, & Barros, 2019).

Além disso, a fragmentação da cadeia produtiva possibilita a prática de superexploração dos trabalhadores, especialmente os mais vulneráveis, que

ocupam posições hierárquicas inferiores. Essa superexploração se manifesta por meio de jornadas de trabalho mais longas, maior insegurança e vulnerabilidade. Evidencia-se, portanto, a propensão de condições laborais desfavoráveis para trabalhadores com características sociodemográficas mais suscetíveis (Antunes & Praun, 2015).

Souza e Bernardo (2018) apontam que está cada vez mais comum o surgimento de casos de depressão, ansiedade, tentativas de suicídio, uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas, fadiga e esgotamento emocional de trabalhadores. Ademais, consideram que existe estreita relação entre as expressões do sofrimento humano e as formas de organização do trabalho vigentes atualmente.

Deste modo, ressalta-se a centralidade do trabalho para a constituição da vida psíquica e sua rede de significados, bem como para mediar a relação entre o indivíduo e o campo social. Todavia, aspectos relacionados à organização do trabalho podem constituir-se enquanto fatores de risco para a saúde dos trabalhadores, de modo que dependendo da intensidade e recorrência, podem levar ao desgaste e a desmotivação (Lancman et al., 2019).

Souza e Bernardo (2018) chamam ainda atenção para o fato de as doenças mentais estarem reduzindo o potencial da oferta de trabalho, por sua elevada incidência, entre a população em idade produtiva. Cabe assinalar que esta problemática tem sido a terceira maior causa entre as principais responsáveis pelos afastamentos do trabalho no país (Lavor -Filho et al., 2021).

Amparado na compreensão do sujeito em sua integralidade, atravessado por múltiplos determinantes de saúde, o tema da saúde mental no trabalho vem recebendo maior atenção. Contudo, ainda há dificuldade em estabelecer uma correlação direta entre o trabalho e o adoecimento mental dos trabalhadores. Fato que incide diretamente sobre o número de notificações e a continuidade de processos que assegurem aos trabalhadores o devido tratamento e a efetivação de políticas públicas

de saúde voltadas a eles (Gomez, Chatelard, & Araújo, 2021).

Considerando que a vulnerabilidade laboral de trabalhadores, resultante do novo paradigma das relações trabalhistas, potencializa a desigualdade social por meio do capitalismo contemporâneo, regido por uma lógica neoliberal, o presente artigo justifica-se pelo afinco em evidenciar os efeitos da precarização laboral, enquanto condicionante para a saúde mental do trabalhador. Aspecto este, que apesar da construção de abordagens teóricas-metodológicas, do avanço dos estudos ao longo do tempo e da sutil tomada de consciência social, ainda é algo negligenciado em diversos âmbitos.

Além disso, faz-se necessário considerar as transformações sociais decorrentes do modelo neoliberal, apresentado de modo perverso para os trabalhadores e que demanda múltiplas exigências profissionais, acirrando a competitividade, a insegurança e propiciando o predomínio do individualismo em detrimento da cooperação entre pares.

Diante do atual contexto laboral, em que se pode engendrar repercussões para a saúde mental do trabalhador, o presente artigo surge da seguinte indagação: existem informações na literatura brasileira que estabeleçam relações entre a precarização do trabalho e a saúde mental do trabalhador? Nesse sentido, o objetivo deste estudo é realizar uma revisão integrativa da literatura acerca da temática da precarização do trabalho e suas possíveis correlações/reflexos para a saúde mental dos trabalhadores.

### **Método**

O presente trabalho constitui-se enquanto uma revisão integrativa da literatura (RIL). Este método de pesquisa se propõe a analisar e sintetizar resultados de estudos existentes sobre uma determinada temática, muitas vezes, amparado em um recorte temporal contextualizado. Caracteriza-se por ser um processo sistemático e rigoroso que visa identificar dados de estudos independentes sobre um mesmo tema, analisando os

resultados destes estudos para, então, sintetizá-los. Logo, a RIL fornece informações para orientar futuras pesquisas, identificação de tendências, tomadas de decisões, entre outros processos (Souza, Silva, & Carvalho, 2010).

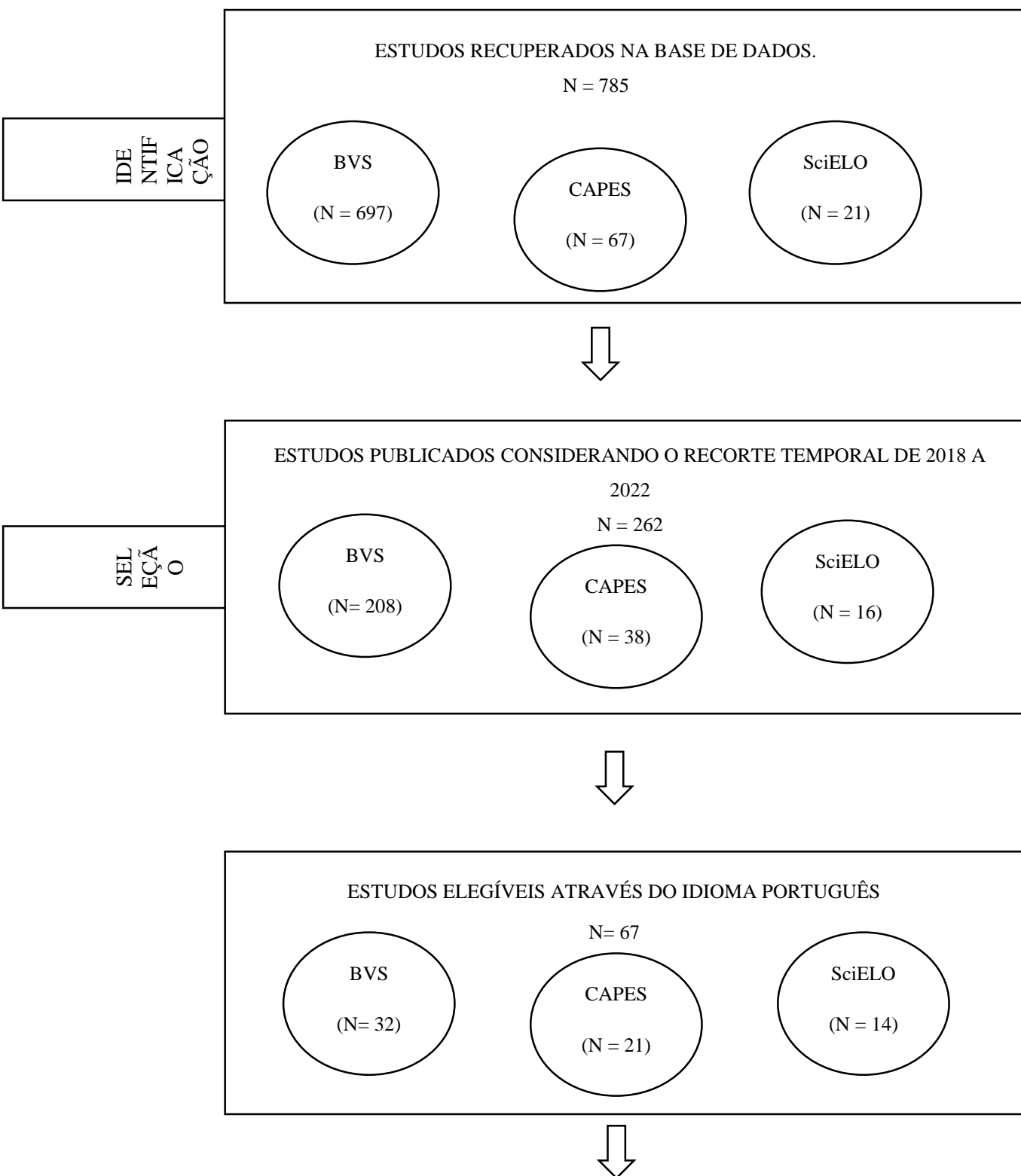
Para a realização da presente pesquisa foram utilizados os seguintes descritores de busca: Precarização do trabalho e Saúde mental do trabalhador, com o intuito de formular uma interseção entre as expressões utilizadas, foi inserido o operador booleano and. As buscas foram efetuadas nas plataformas BVS, SciElo e Periódicos Capes, entre os meses de dezembro de 2022 e março de 2023. Período esse em que as autoras se debruçaram sobre o tema, estimuladas pela conclusão da disciplina denominada Seminários Avançados em Clínica, Saúde e Políticas Públicas do Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas, componente curricular obrigatório da Universidade Federal do Ceará - Campus Sobral. Desse modo, foi realizada a pré-análise de 67 estudos, por meio da leitura dos resumos e palavras-chave, favorecendo o encontro de trabalhos com maior relação entre os conceitos.

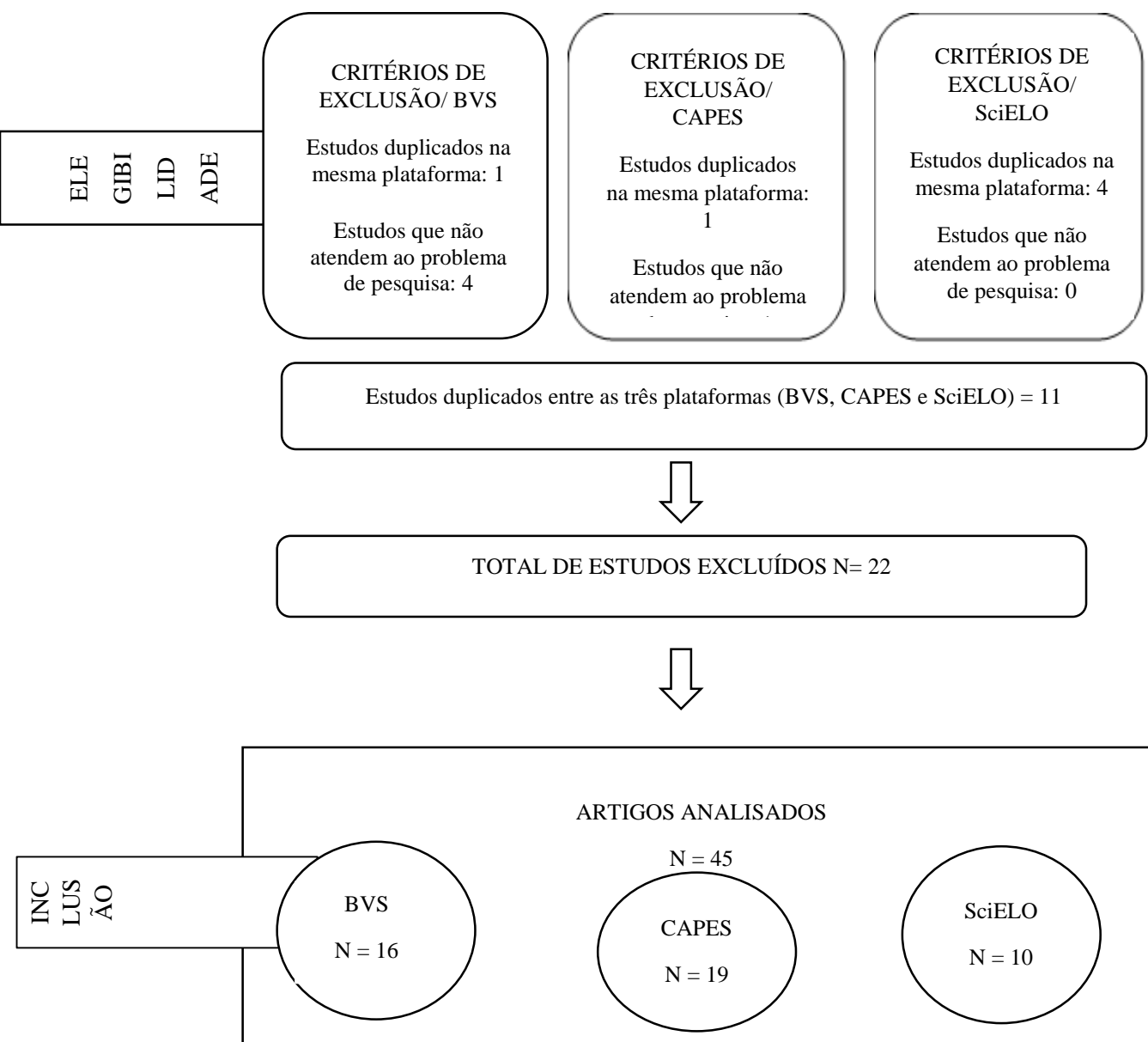
Dentre os critérios de inclusão foram escolhidos os seguintes requisitos: estudo recuperados da base de dados BVS, Capes e SciElo; estudos completos, com livre acesso e no idioma português; estudos publicados entre os anos de 2018 e 2022. Já os critérios de exclusão adotados foram: estudos duplicados na mesma plataforma e em plataformas diferentes, além de estudos que não atendem ao problema de pesquisa. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram obtidos um total de 45 estudos.

Ainda que articular diferentes dados de delineamento de pesquisa seja complexo e desafiador, a condução da RIL, principalmente na fase de análise de dados, quando parte de uma abordagem processual com uma inclusão sistemática e rigorosa, favorece uma diminuição de vieses e equívocos (Souza et al., 2010).

Para uma compreensão precisa das etapas inerentes ao processo metodológico da

presente pesquisa, construiu-se o seguinte fluxograma:





**Figura 01:** Fluxograma do processo metodológico utilizado na pesquisa de revisão integrativa.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

As etapas metodológicas descritas no fluxograma acima, buscaram detalhar a abordagem processual empregada na presente pesquisa, através de uma RIL com o rigor científico e metodológico necessário. Logo, o processo metodológico se constituiu mediante quatro etapas consecutivas, sendo elas: a identificação, em que consiste o número de estudos recuperados na base de dados; a seleção, consistindo no número de estudos a partir do recorte temporal; a elegibilidade, onde estão incluídos os estudos no idioma português, bem como os critérios de exclusão; e por fim, a

etapa da inclusão, onde se evidencia o total de estudos analisados em cada plataforma.

Embora a inclusão de múltiplos estudos advindos da RIL possua diferentes delineamentos de pesquisas e possa dificultar a análise, existe também uma maior variedade no processo de amostragem, favorecendo o potencial de expansão da profundidade e abrangência das conclusões da revisão (Mendes, Silveira, & Galvão, 2008).



## **Resultados e Discussão**

Os trabalhos analisados na presente pesquisa foram produções científicas nos formatos de artigos e dissertações. Os tipos de estudos que se destacaram foram: relato de experiência, estudo de caso, revisões bibliográficas, estudo transversal, pesquisas de campo, sendo produções de natureza quantitativa, qualitativa, ou de natureza mista.

Diante da investigação realizada, emergiram principalmente trabalhos relacionados à precarização na área da saúde e no âmbito escolar/educacional. Dentre as categorias profissionais que mais se repetiram nesses estudos destacam-se a da enfermagem e de professores/docentes, em especial da educação superior. Contudo, outras categorias também foram identificadas e trouxeram importantes contribuições para a construção das análises da presente pesquisa.

A fim de buscar uma melhor maneira de ordenar o estudo, favorecer a análise e estabelecer relações entre os trabalhos encontrados, considerando o quantitativo de pesquisas que se concentravam nas áreas de saúde e educação, optou-se por fazer a divisão dos resultados em três seções, a saber: contextos de saúde; contextos educacionais e outros contextos profissionais. Nesta última, embora as pesquisas abrangessem áreas de atuação distintas, apontavam perspectivas semelhantes em relação aos temas estudados. Nesse sentido, o foco central da revisão integrativa foi o conteúdo, os resultados e a argumentação teórica das produções científicas.

### **Contextos de Saúde**

Entre os trabalhos encontrados, a principal categoria profissional pesquisada foi a da enfermagem, totalizando 8 artigos. Nestes, fica evidenciado que os profissionais estão sofrendo com os efeitos das mudanças empreendidas pelo processo de precarização estrutural (Souza et al., 2021; Siqueira & Moreno, 2022; Galon, Navarro, & Gonçalves, 2022; Gomes et al., 2016; Santos et al., 2022;

Dias, Souza, Penna, & Gallasch, 2019; Silva & Malagris, 2019; Pimenta et al., 2018).

Corroborando com as informações encontradas nos trabalhos que foram analisados nesta pesquisa, consideramos importante destacar as pontuações de Antunes (2015), apontando que diante do contexto de precarização estrutural do trabalho, observa-se uma demanda por parte dos capitais globais pela desregulamentação da legislação de proteção social do trabalho. Essa flexibilização dos direitos trabalhistas possibilita o aumento dos mecanismos de extração de trabalho excedente, ampliação das formas de precarização e a diminuição dos direitos sociais previamente conquistados pelos trabalhadores.

Na categoria da saúde, entre os principais fatores de precarização do trabalho abordados estão: intensificação do ritmo de trabalho, acúmulo de funções e tarefas, condições precárias de trabalho, fragilidade dos vínculos laborais, alta rotatividade de trabalhadores, baixos salários, perda de direitos, permanência em mais de um emprego, questões de gênero no que diz respeito a divisão sexual do trabalho e a atribuição à mulher o papel de cuidadora (Araújo & Sá, 2021; Bitencourt & Andrade, 2021; Dias et al., 2019; Guimarães Júnior & Ferreira, 2020; Lima, Jorge, Andrade, & Fontenele, 2018).

Perante as mudanças ocorridas nas relações de trabalho e, conseqüente precarização, Gomes et al. (2016) afirma que as doenças estão assumindo formas mais subjetivas, dificultando sua associação com a atividade laboral. No entanto, considerando o âmbito da enfermagem, a literatura identifica repercussões da precarização do trabalho que interferem diretamente na saúde dos trabalhadores e destaca aspectos psicológicos e físicos, tais como: o estresse, a sobrecarga, a ansiedade e as lombalgias. No estudo, Gomes et al. (2016) refere ainda que a falta de proteção social, a insegurança e o desrespeito às limitações físicas do corpo do trabalhador são conseqüências do processo de flexibilização do trabalho, com formas de vinculação cada vez mais voltadas à terceirização.

A pandemia por Covid-19 deu ainda mais evidência a precariedade das condições laborais no campo da saúde. Considerando o cenário pandêmico, uma das pesquisas estudadas destaca como fatores de precarização: contratos de trabalho precários, terceirização dos serviços, perda de direitos trabalhistas, desemprego, sobrecarga, condições de trabalho inadequadas, acumulação e desvio de funções, falta de treinamento adequado, falta de investimentos no setor público, escassez de recursos humanos e materiais (Galon et al., 2022).

Em relação à saúde mental dos trabalhadores da área da saúde, durante a pandemia de Covid-19, Teixeira et al. (2020) destaca estudos que indicam relatos recorrentes do aumento de sintomas de ansiedade, depressão, perda da qualidade do sono, aumento do uso de drogas, sintomas psicossomáticos e medo de se infectar ou transmitir a infecção aos membros da família.

Além das análises direcionadas à categoria de enfermagem, o contexto dos serviços de saúde, de modo geral, também se fez relevante para os achados da presente pesquisa. Identificou-se que nesses contextos laborais, existem desafios relacionados ao intenso ritmo de trabalho e pressão constante diante das situações atendidas diariamente pelas equipes. Em consonância, Antunes (2015) destaca que os serviços públicos, como saúde, educação, entre outros, passaram por um relevante processo de reestruturação produtiva, submetendo-se atualmente à lógica da mercantilização, de forma que este processo tem afetado significativamente os trabalhadores, bem como a qualidade destes serviços.

Em virtude do sucateamento da máquina pública, trabalhadores de uma divisão de farmácia (DF), de um hospital universitário passaram a experienciar consequências conturbadas a partir de 2014. Isso se atribui à crise político-financeira, que ocasionou problemáticas como: o enxugamento de trabalhadores, a intensificação dos processos laborais e o desmonte dos insumos laborais. Em

meio a este contexto de precariedade laboral, emergem outros problemas internos, podendo-se destacar os conflitos interpessoais. Fato justificado em virtude da redução do quadro de trabalhadores, provocada pela crise político-financeira, favorecendo um ambiente extenuado, necessitado de cooperação e diálogo entre os trabalhadores.

Diante desta realidade, o departamento de recursos humanos e a chefia da DF solicitaram uma ação em psicodinâmica do trabalho (PDT) a uma equipe de pesquisadores da universidade. Logo, foi identificado entre os trabalhadores: insegurança quanto ao futuro profissional, dificuldade de cooperação, sentimentos de desvalorização do trabalho realizado e necessidade de readequação das atividades. Aspectos estes que se relacionam diretamente com o campo da saúde mental, considerando ainda a desmotivação e o sentimento de solidão no fazer laboral (Dias et al., 2019; Lancman et al., 2019).

Em relação aos estudos que destacam as demais categorias de profissionais de saúde, trabalhadores da saúde e estudantes/estagiários, Ribeiro, Giongo, & Perez (2021) apresenta pesquisa com 126 participantes, dentre estes, psicólogas, médicos, assistentes sociais, enfermeiros, dentistas, fisioterapeutas, educadores sociais em saúde, nutricionistas, terapeutas ocupacionais, recepcionistas de hospitais e estudantes/estagiários de graduação e pós-graduação em saúde.

A pesquisa de Ribeiro et al. (2021) delimitou dois eixos temáticos principais, a saber: condições e organização do trabalho em saúde na pandemia por Covid-19 e o desgaste mental relacionado aos aspectos psicossociais do trabalho em saúde na pandemia por Covid-19. Os resultados apontaram importante sobrecarga de trabalho, menor interação com colegas, manutenção das metas a serem alcançadas, maior carga de atividades domésticas, menor cuidado com a postura e redução na realização de atividades fora do horário de trabalho.

Além dos aspectos já mencionados, soma-se a falta de equipamentos de proteção,



(elevando o risco de adoecimento e acidentes), insegurança com relação aos processos de trabalho, bem como as formas de vinculação e contratos, fatores que dimensionam a precariedade das condições laborais. No que se refere ao desgaste, as trabalhadoras respondentes apresentavam claros sinais de desgaste mental ao exporem seus sentimentos e suas vivências, recorrendo a termos como: tristeza, desesperança, exaustão, cansaço, dificuldade de planejar o futuro e preocupação. Relataram ainda consumo de álcool e outras drogas, bem como a necessidade de ofertarem maior nível de suporte às pessoas que cuidam (Ribeiro et al., 2021).

Outro achado importante se refere às questões de gênero, haja vista que profissionais de enfermagem do gênero feminino enfrentam desafios ainda maiores. Isso porque, algumas enfermeiras entrevistadas, além de possuírem mais de um vínculo empregatício, exercem funções domésticas e parentais sem qualquer auxílio de seus companheiros. Trata-se, portanto, de comportamentos considerados comuns e constantemente reforçados pela cultura social machista e discriminatória. Assim, a sobrecarga no contexto laboral e doméstico acaba sendo um fator determinante para o processo de adoecimento. Diante deste contexto, tais profissionais de enfermagem demonstraram principalmente haver sobrecarga laboral e sentimento de insegurança quanto ao futuro profissional, envolvendo a aposentadoria (Bitencourt & Andrade, 2021; Siqueira & Moreno, 2022).

### **Contextos Educacionais**

Em relação ao contexto educacional, os professores foram a principal categoria apontada nos artigos analisados, em especial, docentes que atuam em instituições de ensino superior, públicas e privadas, considerando os níveis de graduação e pós-graduação. Segundo Moura et al. (2019) abordar o trabalho docente atualmente requer uma reflexão acerca das condições e relações de trabalho decorrentes da reestruturação do capitalismo, cenário em que se intensifica a precarização do trabalho pelo

desenvolvimento do ideário neoliberal, também afeta, notadamente, o quadro de saúde dos professores. Seguindo esta reflexão, Freitas e Navarro (2019, p.5) apontam:

O discurso de aumento da eficiência e da responsabilidade social, ângulo ideológico da flexibilização neoliberal do Estado, dissimulava a prática de corte de gastos estatais – ressalte-se: em áreas sociais –, o que resultou num longo período de falta de investimento por parte do Estado também no âmbito da educação pública. A máxima ‘fazer mais com menos’ passou a ser adotada e, por meio de uma concepção de cunho gerencialista, difundiu-se a ideia de que era necessário que o serviço público fosse mais eficiente, mesmo com a falta de investimentos.

O estudo aponta ainda que, ao tempo em que o Estado tenta se isentar das responsabilidades no custeio da educação, há, por outro lado, o aumento na rigidez do controle do ensino superior na totalidade, em especial dos programas de pós-graduação. Nesse contexto, as cobranças avaliativas feitas pelas agências de fomento à pesquisa, a quantificação das produções intelectuais, que apresentam como desdobramento a intensificação do trabalho, sintomas sociais, físicos e psíquicos para os docentes (Freitas & Navarro, 2019).

No estudo conduzido por Elias e Navarro (2019), são apresentados dados provenientes dos censos do Ensino Superior no Brasil que evidenciam um crescimento desproporcional das Instituições de Ensino Superior Privadas em comparação com as instituições de ensino público, tanto em relação ao número de alunos quanto de docentes contratados. No entanto, o estudo revela que as formas de contrato de trabalho, particularmente contratos parciais por hora, contribuem para a precarização da profissão. Os pesquisadores destacam a mercantilização do ensino, a perda de sentido, a diminuição da autonomia e a crescente submissão do ensino a práticas gerenciais voltadas para o mercado como

fatores que afetam a prática profissional e comprometem a identidade dos docentes, resultando em desconforto e adoecimento.

Nesse tocante, a pesquisa de Elias e Navarro (2019) aponta para uma lógica mercantilista da educação, condições de trabalho docente precarizadas, elevado nível de exigência em torno da produtividade, alcance de metas, uso de recursos tecnológicos, fragilização e instabilidade dos vínculos empregatícios. Ademais, destaca o labor para além do espaço escolar - invadindo a vida privada e a escassez de suporte técnico aos docentes, tendo estes, muitas vezes, que desempenhar funções para além de suas atribuições.

De acordo com Moura et al. (2019), a precarização no âmbito educacional reflete-se a partir da prevalência de aspectos geradores de uma rígida cobrança e controle laboral, tais como: atribuições alheias às funções pré-determinadas, baixa remuneração e condições de trabalho impróprias diante da insuficiência de estrutura física e funcional. Além disso, mediante a incorporação de avaliações internas e externas, crescem as exigências por resultados, ou seja, o alto desempenho dos alunos. Além disso, destaca-se uma redução do quadro funcional de profissionais em nível médio e técnico, resultando na expansão de atividades extras ao docente, bem como na recorrência de casos de Síndrome de Burnout, ansiedade, depressão, problemas osteomusculares, doenças respiratórias, dentre outras.

A pesquisa de Elias e Navarro (2019) aponta que a atividade docente está intrinsecamente ligada a elementos afetivos significativos, derivados das interações intensas com diversos atores sociais, como alunos, colegas e gestores. Essas interações desempenham um papel ativo no processo de construção, reconhecimento e autoidentificação dos docentes. Nessa perspectiva, outro elemento que vulnerabiliza os docentes é a fragmentação do coletivo, implicando no distanciamento das relações interpessoais, na naturalização de pressões, que

passam a ser percebidas como inerentes ao trabalho e na redução do tempo de lazer e descanso.

No que se refere ao recorte de gênero, estudos como Freitas e Navarro (2019) apontam para a intensificação da jornada de trabalho feminina, atrelada às funções domiciliares, cuidados com a família e responsabilização em relação aos alunos, tendo em vista a percepção do exercício do magistério como missão e atitude altruísta. Na perspectiva do produtivismo acadêmico e a relação com a remuneração, este estudo mostra que são fatores que provocam insegurança, cobranças internas e externas, sentimento de culpa e expansão das jornadas de trabalho.

Dentre as discussões finais, o estudo de Freitas e Navarro (2019, p.22) mostra que:

De modo geral, os professores relataram diversos sintomas de adoecimento físico e mental, além de situações nas quais, embora não haja um quadro instalado de adoecimento, emerge alguma espécie de mal-estar, seja pela falta de descanso, por insônia ou pela dificuldade em manejar a sobrecarga de trabalho. Da mesma forma, a intensificação e/ou a sobrecarga de trabalho permeou as falas de todos os professores, mesmo que eles não percebessem.

Nesse contexto, os trabalhadores da educação sofrem as consequências da precarização das condições de trabalho, como a falta de reconhecimento, a ausência de condições adequadas de trabalho e o distanciamento das finalidades pedagógicas. Reverberando assim, na perda de sentido em relação ao trabalho. Logo, efeitos prejudiciais acabam se manifestando no corpo e na saúde mental dos profissionais.

### **Outros contextos profissionais**

Dos trabalhos analisados destacam-se ainda outras categorias, a saber: mototaxistas, operadores de Call Center, empregadas

domésticas, assistentes sociais, arqueóloga, policiais militares, bombeiros, profissionais do setor elétrico, procuradores do trabalho, além de profissionais em situação de desemprego. Os trabalhos versam sobre temas já mencionados nas seções anteriores deste artigo, com o diferencial de apontar para estatísticas referentes ao suicídio em relação aos profissionais registrados e profissionais em situação de desemprego. Tratam ainda da problemática da precarização, do sofrimento psíquico relacionado ao desempenho das funções, bem como as pressões sofridas em relação ao alcance das metas, informalidade e questões de gênero (Pereira Neta & Belo, 2018; Almeida, Benevides, & Dutra, 2018; Ferreira et al., 2019; Faquin, Lanza, Santos, Campanucci, & Silva, 2021; Lopes, Votto, & Lopes, 2018; Marçal & Schlindwein, 2020; Oliveira & Oliveira, 2019; Lima & Oliveira, 2021; Souza & Bernardo, 2018; Barreto & Souza, 2021).

Especificamente, o trabalho que fala sobre a precarização do trabalho na arqueologia (Lopes et al., 2018), apresenta um recorte de gênero, bastante significativo, apontando as dificuldades vivenciadas na realização de uma função majoritariamente masculina, sem os devidos suportes nas incursões pelo interior do país e com vínculos empregatícios precários. Outro trabalho que apresenta um recorte de gênero é o relacionado às empregadas domésticas, uma categoria que, embora tenha alcançado uma relativa ampliação de seus direitos trabalhistas, ainda vivencia condições degradantes de trabalho (Ferreira et al., 2019).

Ainda na perspectiva do recorte de gênero, outro trabalho que apresenta importante contribuição é o de Faquin et al. (2021). Este, além de tratar sobre as questões de uma profissão exercida majoritariamente por mulheres, também retrata sua prática no contexto pandêmico e reflete sobre todos os ataques que a categoria profissional de Assistente Social vem sofrendo em virtude do desmantelamento das políticas públicas e de uma crise nacional multifacetada. Mostra impactos significativos em suas condições de trabalho, nas relações com as instituições e com suas famílias e na saúde mental.

Na perspectiva da cobrança pela produtividade e alcance de metas, vale ressaltar que a pressão exercida pelos gestores é fator recorrente quando são referidas queixas de saúde mental. Outro destaque se dá em torno da percepção dos profissionais em relação ao desempenho de suas funções na ótica de uma missão. Em muitos momentos os desafios enfrentados e a precarização são encarados como inerentes e até naturalizados por parte dos profissionais, em especial, policiais militares, bombeiros, profissionais de saúde e docentes (Marçal & Schlindwein, 2020; Oliveira & Oliveira, 2019; Gomes et al., 2019; Freitas & Navarro, 2019).

Ampliando essa concepção, Antunes (2015) chama atenção para a nova morfologia do trabalho, isto é, sua forma de ser, amplamente multifacetada por conta de mutações que atravessaram o modo de produção capitalista nos últimos tempos. Além disso, destaca que grande parte da força humana disponível para trabalho, ao nível mundial, está realizando trabalhos parciais, precários, temporários ou vivenciando o desemprego estrutural.

Antunes (2015, p.129) destaca ainda que “estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e assistindo a sua substituição pelas diversas formas de ‘empreendedorismo’, ‘cooperativismo’, ‘trabalho voluntário’, ‘trabalho atípico’(...)”. Em consonância com Antunes (2015) os trabalhos que versam sobre informalidade (Pereira Neta & Belo, 2018), desemprego e suicídio (Barreto & Souza, 2021) destacam um cenário com as novas formas de trabalho, à ascensão do capitalismo e da ideologia neoliberal.

Pereira Neta e Belo (2018) ressaltam como fatores que impulsionam a entrada de trabalhadores na informalidade: o desemprego crescente em âmbito nacional, a falta de oportunidades no mercado formal, a baixa escolaridade dos trabalhadores e a insatisfação com as condições laborais que tinham anteriormente. Em relação às condições de

trabalho informal, os respondentes referem carga horária extensa, incluindo momentos que seriam para lazer e descanso, o ritmo intenso contribui para o cansaço físico e mental, além de maior exposição à violência urbana e riscos de acidentes.

O texto de Barreto e Souza (2021, p.10) aponta que as condições de trabalho, assim como a falta de trabalho, são parte importante dos determinantes da saúde dos indivíduos e grupos sociais. Refere que os resultados encontrados neste estudo podem estar sugerindo que:

As condições de trabalho impostas pela nova morfologia do trabalho (e.g., a redução dos direitos trabalhistas, a informalidade e a precarização das condições de vida em geral) expõem as pessoas registradas em alguma ocupação a um risco de morrer por suicídio ainda maior do que o desemprego.

Deste modo, os autores apontam que a nova morfologia do trabalho impacta substancialmente na vida dos trabalhadores tanto quanto o desemprego. Não obstante, todas essas mudanças e suas implicações demonstram que entender a relação entre precarização do trabalho e saúde mental do trabalhador é cada vez mais necessária.

Assim, em pesquisa realizada com Procuradores do Ministério Público do Trabalho, Souza e Bernardo (2018) demonstram que os respondentes foram unânimes em reconhecer a relação entre saúde mental e trabalho, inclusive identificando categorias profissionais com maior nível de vulnerabilidade, contudo referem dificuldade no levantamento de provas que favoreçam a comprovação donexo causal. Sob esta justificativa, acabam por converter em assédio moral uma gama de demandas relacionadas à saúde mental visando uma avaliação mais objetiva. Nesse sentido, muitas situações de adoecimento psíquico, ocasionadas ou intensificadas, na relação direta com o trabalho são subnotificadas, fato que dificulta a criação, ampliação a efetivação de políticas públicas

voltadas à classe trabalhadora e que compreendam realmente suas necessidades.

### **Considerações finais**

Através da revisão integrativa, observou-se a necessidade de um diagnóstico maior de nexo causal entre a precarização do trabalho e a saúde mental do trabalhador. Todavia, o presente estudo considerou que, de modo geral, a precarização laboral pode repercutir na saúde mental do trabalhador. Faz-se importante considerar a saúde mental enquanto um conceito que abrange dimensões subjetivas, revelando-se de forma individual em cada trabalhador, ainda que submetidos às mesmas condições laborais.

Mediante o contexto laboral de precarização, foi identificado na pesquisa que os trabalhadores submetidos às precárias condições de trabalho comumente manifestam sintomas psicopatológicos, psicossomáticos, bem como consumo de álcool e outras drogas. Estes fatores foram acentuados a partir da pandemia de Covid-19, sobretudo entre os trabalhadores do serviço de saúde, onde as inseguranças laborais, a desvalorização profissional, a escassez de recursos materiais e de pessoal, somadas às longas jornadas de trabalho se tornaram ainda mais presentes. Ademais, dentre os resultados da pesquisa destaca-se o quanto o período pandêmico expôs, de forma ainda mais explícita, os aspectos decorrentes da precarização do trabalho.

A categoria dos profissionais da educação também se destaca em decorrência de suas fragilidades e descompassos, agravados, sobretudo, pelo sucateamento da máquina pública e pela desvalorização docente. Nesse âmbito, o produtivismo acadêmico, a sobrecarga laboral, a mercantilização da educação, as práticas gerenciais centralizadas, a escassez de suporte tecnológico e/ou técnico, a fragilização e instabilidade dos vínculos empregatícios, comumente resultam em mal-estar e adoecimentos psíquicos. Porém, vale ressaltar que os discursos dos docentes



entrevistados, revelaram desconhecimento e/ou negligência de que adoecimentos psicossomáticos estejam interligados ao contexto laboral.

No que tange as demais categorias profissionais analisadas, um diferencial apontado foi a exposição de estatísticas referentes ao suicídio em relação aos profissionais registrados e àqueles em situação de desemprego. Logo, o trabalho em excesso, as más condições laborais e o desemprego proporcionam condições psíquicas desfavoráveis.

Os aspectos da precarização do trabalho e saúde mental dos trabalhadores mencionados anteriormente perpassam por todas as categorias apontadas nos estudos analisados e, embora esta classe que vive do trabalho exerça funções diferentes com níveis hierárquicos distintos, os efeitos perniciosos são sentidos e notoriamente repercutem na vida desses trabalhadores.

Dentre as semelhanças encontradas nos contextos laborais presentes na pesquisa, a precarização dos vínculos, a nova morfologia do trabalho (multitarefa), os níveis de exigência, as jornadas de trabalho extenuantes, invadindo muitas vezes o tempo de descanso e lazer, a ascensão da tecnologia, a derrocada de conquistas trabalhistas e a corrosão do emprego dito formal são alguns dos elementos que mais se apresentam.

Em relação à saúde mental dos trabalhadores, sejam eles ditos formais, informais ou em situação de desemprego, são flagrantes os processos de adoecimento, os quais se estendem desde sintomas iniciais até quadro crônicos ou em níveis de agravamento com difícil reparação à retomada de suas atividades laborais e da qualidade de vida na totalidade.

Vale considerar a recorrência entre os trabalhos analisados, no âmbito do trabalho feminino, o caráter multifuncional assumido pelas mulheres como um agravante para a saúde mental. Visto que, prevalecem, para além

da sobrecarga do trabalho remunerado, as funções domiciliares e parentais. Contextos estes, estabelecidos pela cultura misógina por atribuir a mulher determinadas obrigações, e que foram perceptíveis principalmente entre as pesquisas das categorias profissionais de saúde e educação.

Diante disso, foi possível identificar algumas reverberações para a saúde mental que, notoriamente, se intensificaram com as políticas neoliberais implantadas no país nas últimas décadas. Neste contexto de fragilização da saúde mental, destacam-se aspectos como: o estresse, a ansiedade, a sobrecarga laboral ou mesmo a Síndrome de Burnout propriamente dita, sentimentos de tristeza, insegurança e falta de perspectiva profissional.

A precarização pode ainda repercutir negativamente nas relações interpessoais, aumentando o individualismo e conseqüentemente impactando no processo de reconhecimento, de modo que pode favorecer o absenteísmo, afastamentos e adoecimentos. Além disso, por aumentar a vulnerabilidade das condições de trabalho e de proteção social, a precarização pode afetar a saúde dos trabalhadores, causando problemas de ordem física, psíquica e social.

Por fim, mediante a realização da presente pesquisa, reconhece-se como principal limitação que, apesar do elevado número de estudos analisados, os mesmos pertencem a diferentes categorias e contextos. Tal aspecto inviabiliza uma análise mais precisa, capaz de identificar, em uma perspectiva de causa e efeito, maiores correlações/reflexos entre a precarização do trabalho e a saúde mental do trabalhador. Além disso, denota-se a necessidade de novos levantamentos bibliográficos e, ainda, de novas produções científicas que, considerando o rigor e os diferentes aportes metodológicos, sejam capazes de ampliar a discussão acerca da temática evidenciada e possam agregar mais informações sobre o nexo causal entre determinadas atividades e as formas de adoecimento mental.



## Referências

- Alencar, M. C. B., & Merlo, A. R. C. (2018). A saúde em troca da excelência: o sofrimento de atendentes de nutrição de um hospital público acometidos por LER/Dort. *Saúde Soc.* 27(1), 215-226. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902018170873>
- Almeida, L. T. da C., Benevides, T. M., & Dutra, R. Q. (2019). Gestão e precarização do trabalho: uma análise da influência da atuação gestora na vida dos trabalhadores em call centers. *Revista Formadores – Vivências e estudos*, 12(2), 7-20.
- Antunes, R. (2015). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (16ª ed.). São Paulo: Editora Cortez.
- Antunes, R., & Praun, L. (2015). A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serviço Social & Sociedade*, 123, 407-27. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.030>
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado da era digital*. São Paulo: Editora Boitempo.
- Araújo, J. B., & Sá, M. de C. (2021). Cenários de restrição e formas de (r)existência no campo da saúde mental: um relato de experiência. *Revista Psicologia, Diversidade E Saúde*, 10(1), 141–157. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v10i1.3303>
- Barreto, A. A. M., & Souza, L. E. P. F. (2021). Desemprego e suicídio na população brasileira em um cenário de crise do capitalismo. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(12), 5869-5882. <https://doi.org/10.1590/1413-812320212612.14672021>
- Bitencourt, S. M. & Andrade, C. B. (2021). Trabalhadoras da saúde face à pandemia: por uma análise sociológica do trabalho de cuidado. *Ciência & Saúde Coletiva*, 6(3):1013-1022. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021263.42082020>
- Dias, M. O., Souza, N. V. D. O., Penna, L. H. G. & Gallasch, C. H. (2019). Percepção das lideranças de enfermagem sobre a luta contra a precarização das condições de trabalho. *Rev Esc Enferm USP*, 53. <https://doi.org/10.1590/S1980-220X2018025503492>
- Elias, M. A., & Navarro, V. L. (2019). Profissão docente no ensino superior privado: o difícil equilíbrio de quem vive na corda bamba. *Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho*, 22(1), 49-63. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v22i1p49-63>
- Faquin, E. S., Lanza, L. M. B., Santos, E. R. dos, Campanucci, F. da S., & Silva, C. C. (2021). Exercício profissional do(a) Assistente Social: problematizações dos impactos da pandemia Covid-19. *Temporalis*, 21(41), 119–135. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n41p119-135>
- Ferreira, C. N. L., Zerbetto, S.R. Gonçalves, A. M. D, S, Briones-Vozmediano, E., Ronda, E., & Galon, T. (2019). Percepções de trabalhadoras domésticas sobre direitos laborais e impactos nas condições de trabalho e saúde. *Texto & Contexto Enfermagem*, 29. <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0375>
- Freitas, J. A. R. de, & Navarro, V. L. (2019). Intensificação do trabalho docente e saúde: estudo com docentes da Universidade Federal de Goiás vinculados a programas de pós-graduação. *Revista Eletrônica de Educação*, 13(3), 1032-

1057. doi:  
<https://doi.org/10.14244/198271993084>
- Galon, T., Navarro, V. L., & Gonçalves, A. M. D. S. (2022). Percepções de profissionais de enfermagem sobre suas condições de trabalho e saúde no contexto da pandemia de COVID-19. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 47. <https://doi.org/10.1590/2317-6369/15821PT2022v47ecov2>
- Gomes, H. F., de Azevedo Gonçalves, F. G., da Silva Pires, A., Jomar, R. T., Peres, E. M., & Gallasch, C. H. (2016). Precarização do trabalho de enfermagem e repercussões na saúde dos trabalhadores brasileiros: revisão integrativa: Reflection of nursing labor precarization in brazil for nursing workforce health status: an integrative review. *Revista Enfermagem Atual In Derme*, 77(15).
- Gomez, V. A., Chatelard, D. S., & Araújo, T. C. C. F. de (2021). Clínica do trabalho: contribuições da psicanálise para o exercício profissional. *Psicologia: ciência e profissão*, 41(2), 1-12. doi:  
<https://doi.org/10.1590/1982-370300319273>
- Guimarães Júnior, S. D. & Ferreira, J. B. O. (2020) Terceirização, saúde e resistências: provocações ético-políticas à psicologia social do trabalho em contexto de precarização subjetiva. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 23(2), 189-202. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v23i2p189-202>
- Lancman, S., Sato, A. T., Hein, D. T., & Barros, J. D. O. (2019). Precarização do trabalho e sofrimento psíquico: ação em psicodinâmica do trabalho em um serviço de farmácia hospitalar universitário. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 44. <https://doi.org/10.1590/2317-636900000611>
- Lavor-Filho, T. L., Rocha, G. A., Almeida, E. C., Holanda, R.R., Barbosa, V. N. M., & Pereira, H. D., Menezes, T. A. C., & Gomes-Filho, A. dos S. (2021). Evidências teórico-práticas na prevenção e promoção da saúde mental do trabalhador. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, 19(4), 491-502. doi: <http://dx.doi.org/10.47626/1679-4435-2021-746>
- Lima, M. E. A. & Oliveira, R. C. (2021). Precarização e acidentes de trabalho: os riscos da terceirização no setor elétrico. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 46. <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000024019>
- Lima, V. P. K., Jorge, S. B. M., Andrade, L. L., & Fontenele. C. A. M. (2018). Gestão do cuidado e interdisciplinaridade: desafios do cotidiano da atenção psicossocial. *Revista de Salud Pública*, 20(6), 692-698. <https://doi.org/10.15446/rsap.V20n6.64641>
- Lopes, J. F., Votto, T. R., & Lopes, M. F. (2018). Precarização no Trabalho e Exposição ao Risco: um estudo de caso sobre a mulher no trabalho de campo em Arqueologia. *RELACult - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade*, 4. <https://doi.org/10.23899/relacult.v4i0.951>
- Marçal, H., & Schlindwein, V. (2020). Prazer e sofrimento na polícia militar : uma revisão de literatura. *Trabalho (En)Cena*, 5(1), 111-135. <https://doi.org/10.20873/2526-1487V5N1P1>
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. D. C. P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & contexto-enfermagem*, 17, 758-764. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>

- Moura, J. S., Ribeiro, J. C. O. A., Castro Neta, A. A., & Nunes, C. P. (2019). A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. *Revista Profissão Docente*, 19(40), 01–17. <https://doi.org/10.31496/rpd.v19i40.1242>
- Oliveira, M. A. D., & Oliveira, S. S. (2019). A face humana do herói: análise do processo saúde-doença de bombeiros a partir de comunidades virtuais. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 24. <https://doi.org/10.1590/Interface.190252>
- Pereira Neta, A. S., & Belo, R. P. (2018). Trabalho informal: o impacto das condições de trabalho sobre a saúde mental dos mototaxistas. *Trabalho & Educação*, 27(3), 263-285.
- Pimenta, G. F., Júnior, E. F. P., Pires, A. S., Gomes, H. F., Thiengo, P. C. S. & Paula, V. G. (2018). Influência da precarização no processo de trabalho e na saúde do trabalhador de enfermagem. *Rev Enferm UFSM*, 8(4), 758-768. Recuperado de: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/30180>
- Ribeiro, B. C., Giongo, C. R., Perez, K. V. (2021) “Não somos máquinas!”: Saúde Mental de Trabalhadores de Saúde no contexto da pandemia covid-19. *Política & Sociedade*, 20(48), 78-100. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2021.826>
- Santos, A. F., Centenaro, A. P. F. C., Franco, G. P., Andrade, A., Mass, S. F. L. S., & Nardini, J. (2022). Prazer e sofrimento no trabalho de enfermagem em urgência e emergência. *REME - Rev Min Enferm*. 26. Recuperado de: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rem/article/view/38486>
- Silva, J. M. & Malagris, L. E. N. (2019). Percepção do estresse e estressores de enfermeiros de um hospital universitário. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(1), 71-88. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v19n1/v19n1a05.pdf>
- Siqueira, A. C. A., & Moreno, C. R. C. (2022). As contradições de ter o emprego estável: análises sobre as relações de gênero entre as mulheres e seu trabalho. Em *SciELO Preprints*. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.438>
- Souza, N. C. de, & Bernardo, M. H. (2018). Concepções e práticas de procuradores do trabalho sobre a relação entre saúde mental e trabalho. *Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho*, 21(1), 17-31. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v21i1p17-31>
- Souza, N. V. D. O., Carvalho, E. C., Soares, S. S. S., Varella, T. C. M. Y. M., Pereira, S. R. M., & Andrade, K. B. S. de. (2021). Trabalho de enfermagem na pandemia da covid-19 e repercussões para a saúde mental dos trabalhadores. *Revista Gaúcha De Enfermagem*, 42(1). <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2021.20200225>
- Souza, M. T. D., Silva, M. D. D., & Carvalho, R. D. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, 8, 102-106. <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>
- Teixeira, C. F. S, Soares, C. M., Souza, E. A, Lisboa, E. S, Pinto, I. C. M., Andrade, L, Esperidião, & M. A. (2020). A saúde dos profissionais de saúde no enfrentamento da pandemia de Covid-19. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(9), 3465-3474. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.19562020>

---

**Dados sobre as autoras:**

- *Ana Laís Carvalho de Sousa*: Mestranda em Psicologia e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Campus Sobral. Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Estácio do Ceará, Campus Via Corpus. Bacharela em Administração pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA).
- *Dária Maria Barbosa Dedê*: Mestranda em Psicologia e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Campus Sobral. Psicóloga do Centro de Saúde Mental Flor de Lótus do município de Groaíras-CE.
- *Janne Izabel Alves de Sousa*: Mestranda em Psicologia e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Campus Sobral. Psicóloga da equipe multiprofissional do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (eNASF-AB) da cidade de Crateús - CE.
- *Laís Maria Germano Canuto Sales*: Psicóloga, Mestranda em Psicologia e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Campus Sobral.
- *Renata Guimarães de Carvalho*: Doutora em Psicologia pela Universidade de Fortaleza. Professora adjunta do curso de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará, Campus Sobral.
- *Camilla Araújo Lopes Vieira*: Docente da Universidade Federal do Ceará (UFC), Campus Sobral; Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Ceará; Pós doutora e professora visitante do programa de pós-graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro 2016/2017.

---

**Declaração de Direito Autoral**

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de sermos um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais e científicas desde que citada a fonte conforme a licença CC-BY da Creative Commons.



[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

---